



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISABELLA OLIVEIRA LACERDA

**POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DAS MULHERES NAS
POLÍTICAS DE EXPORTAÇÃO: UM PANORAMA
TOCANTINENSE**

Porto Nacional/TO
2022

ISABELLA OLIVEIRA LACERDA

**POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DAS MULHERES NAS
POLÍTICAS DE EXPORTAÇÃO: UM PANORAMA
TOCANTINENSE**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de Bacharel e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Profa. Dra. Gleys lally Ramos

Porto Nacional/TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

L131p Lacerda, Isabella .
Possibilidade de Inserção das Mulheres nas Políticas de
Exportação: Um Panorama Tocantinense. . / Isabella Lacerda. – Porto
Nacional, TO, 2022.
58 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações
Internacionais, 2022.
Orientadora : Gleys lally Ramos

1. Políticas Econômicas. 2. Mulheres. 3. Mercado de Trabalho. 4.
Comércio Internacional. . I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica
da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ISABELLA OLIVEIRA LACERDA

POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DAS MULHERES NAS POLÍTICAS DE EXPORTAÇÃO: UM PANORAMA TOCANTINENSE

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de Bacharelado e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 25/11/2022

Banca Examinadora

Profa. Dra. Gleys Ially Ramos dos Santos, UFT

Profa. Dra. Adriana Pereira de Sousa, UEG

Prof. Dr. Fernando Furquim de Camargo, UFT

Porto Nacional – TO, 2022

Dedico este trabalho à minha família, por todo exemplo e apoio, em especial minha tia e madrinha Lucileude (in memorian) que gostaria que estivesse presente comigo neste momento.

AGRADECIMENTOS

Em todos os momentos da nossa vida é necessário agradecer, seja nos momentos bons ou ruins. Agradecer é reconhecer algo e hoje reconheço a importância da passagem de tantas pessoas na minha vida. Primeiramente agradecer a Deus, por me permitir chegar até aqui, e com a proteção de sua mãe Maria Santíssima, ter guiado meus passos até o dia de hoje.

Agradeço imensamente aos meus pais, Fabiano e Joselina, por toda educação, exemplo e apoio que me deram, por sempre serem minha base, por não medirem esforços ou distâncias para que eu seguisse meu sonho. Agradeço também a minha irmã Maria Luisa, por sempre me apoiar e por ser minha confidente.

Sou grata à minha avó Maria Consita, que sempre esteve em constante oração para que eu pudesse realizar os meus sonhos e seguisse nos caminhos de Deus. Agradeço ao meu namorado Failky, por todo amor e carinho, e que mesmo longe, sempre me apoiou e me incentivou.

Agradeço à todos os professores do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins - UFT, que foram fundamentais para a minha formação e em especial minha orientadora, Prof.^a Dr^a Gleys lally, por todo apoio, orientações, paciência, por ser um exemplo de mulher que luta pelas causas feministas, e acima de tudo pela amizade.

Agradeço também aos amigos da turma e da universidade que tive o prazer de conhecer e compartilhar um sonho em comum. Aos meus amigos Maria Clara Rêgo, Valéria Cedro, Lorenn, Matheus Matos e Nicole Mariah que foram muito importantes para mim nestes anos de graduação, deixando meus dias mais leves.

RESUMO

Com o avanço da globalização a participação das mulheres no mercado de trabalho tem sido cada vez mais expressiva, em especial no comércio internacional, entretanto a desigualdade de gênero e falta de oportunidades tem sido um grande obstáculo para elas. O presente trabalho tem o objetivo de analisar as principais políticas econômicas brasileiras e o papel das mulheres nessas políticas, a participação delas nas tomadas de decisões e criações de políticas que amparem as mulheres para que possam ter as mesmas oportunidades que os homens. Para tal fim foi utilizado uma abordagem quali-quantitativa, pois são apresentados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho e o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) no Tocantins como exemplo de uma política econômica para a entrada de mais mulheres no comércio exterior.

Palavras-chaves: Políticas Econômicas. Mulheres. Mercado de Trabalho. Comércio Internacional.

ABSTRACT

With the advance of globalization, the participation of women in the labor market has been increasingly significant, especially in international trade, however gender inequality and lack of opportunities have been a major obstacle for them. The present work aims to analyze the main Brazilian economic policies and the role of women in these policies, their participation in decision-making and policy creations that support women so that they can have the same opportunities as men. For this purpose, a qualitative-quantitative approach was used, as data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) on the participation of women in the labor market and the National Plan of Exportculture (PNCE) in Tocantins are presented as an example of an economic policy for the entry of more women into foreign trade.

Key-words: Economic Policies. Women. Labor market. International Trade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1. Notícia sobre a posse de Sarney.....	22
Imagem 2. Mosaico com os presidentes eleitos pós redemocratização	27
Imagem 3. Diferença entre gêneros na participação no mercado de trabalho e potencial impacto na diminuição de tal diferença	36
Imagem 4. Mulheres jovens dentro e fora do mercado de trabalho	38
Imagem 5. Dados gerais sobre mulheres	40
Imagem 6. Cargos gerenciais, segundo a cor ou raça e as classes da população em ordem crescente de rendimento (%).....	43
Gráfico 1. População em idade ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA) e População Ocupada (PO), Brasil.....	34
Gráfico 2. População de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, segundo os grupos de idade (%).....	39
Gráfico 3. Evolução do estoque de empregos formais por sexo e proporção de mulheres – 2010 a 2020.....	41
Gráfico 4. Posições de Cargos de Liderança ocupados pelas mulheres.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Principais produtos exportados pelo Tocantins.	51
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB	Associação de Comércio Exterior do Brasil
APEX-Brasil	Agência de Promoção das Exportações
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFO	<i>Chief Financial Officer</i>
COPOM	Comitê de Política Monetária
EMEX	Encontro Nacional de Mulheres no Comércio Exterior
ENCOMEX	Encontro de Comércio Exterior
ENCOMEX	Encontro de Comércio Exterior
FAET	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio do Estado do Tocantins
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIETO	Federação das Indústrias do Estado do Tocantins
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho

OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PD	População Desocupada
PEA	População Economicamente Ativa
PEIEX	Programa de Qualificação para Exportação
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNADc	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNCE	Plano Nacional da Cultura Exportadora
PO	População Ocupada
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SICS Tocantins	Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços do Estado do Tocantins
SISCOMEX	Sistema Integrado de Comércio Exterior
SPM	Secretaria Especial de Política para as Mulheres
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PANORAMA POLÍTICO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO – JOSÉ SARNEY A JAIR BOLSONARO	18
2.1 Um Panorama das Políticas Econômicas pós redemocratização.....	20
2.2 Principais Políticas Econômicas Internacionais.....	27
2.3 As Teorias Crítica e Feminista como proposta de análise.....	28
3 MERCADO DE TRABALHO GLOBAL DAS MULHERES	32
3.1 Organização Internacional do Trabalho - OIT	33
3.2 Inserção da mulher no mercado de trabalho	35
3.3 Jornadas Duplas e Triplas	40
4 MERCADO INTERNACIONAL.....	44
4.1 Mulheres no mercado internacional	44
4.2 Comércio Internacional como Empoderamento para as Mulheres	46
4.3 Plano Nacional da Cultura Exportadora - PNCE	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

O trabalho intenciona compreender as principais políticas econômicas brasileiras datadas pós redemocratização (ou mais precisamente a partir do primeiro governo após o regime de ditadura militar no Brasil) e compreender se houve inserção das mulheres no mercado de trabalho, essas sumariamente excluídas historicamente das condições materiais de produção apenas pela condição de gênero.

Diante do exposto, é notório que esta pesquisa deverá permear as barreiras enfrentadas e materializadas a partir preconceitos, desigualdades, desrespeitos, deslegitimação e apagamentos, entre outros. Nesse sentido, iremos analisar o papel das mulheres numa política econômica que extrapola a escala social a que se referem ou destinam as mulheres, nesse trabalho representada a partir do comércio internacional.

Para além de apontar a necessidade de se repensar os papéis destinados as mulheres (geralmente as funções de cuidado) é importante destacar como a presença delas pode ser benéfica para o desenvolvimento da economia do país, e como as políticas públicas de exportação podem e devem abrir mais portas para uma diversidade de gênero calcada na formação e especialização e assim, dinamizar a entrada de mulheres em setores majoritariamente masculinos, como é o de comércio exterior.

Rememoremos que a função do Estado na contemporaneidade é promover o bem-estar da sociedade e para isto é necessário o desenvolvimento de ações em diferentes áreas. Essas ações são chamadas de Políticas Públicas. De modo geral as políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de ações e decisões que são tomadas pelos governos, sejam eles nacionais, estaduais ou até mesmo municipais, para a resolução de um problema público e dentro dessas políticas públicas existem outras divisões a depender do seu papel. Kingdon (1984)¹ considera as políticas públicas como um conjunto formado por quatro processos que compreendem: a formação de um programa de políticas; alternativas de como as decisões serão tomadas; a escolha principal entre os caminhos disponíveis e, a execução da política decidida.

¹ Agendas, alternatives, and public policies. Author: John W. Kingdon;

A definição de políticas públicas pode ser separada em duas abordagens, a estatista e a multicêntrica. A Estatista, que é uma definição de Thomas Dye (1984)², tem seus estudos pautados apenas nos atores estatais, os que executam as ações das políticas públicas, algo que o governo opte por fazer ou não. No entanto, Bachrach e Baratz (1962) afirmam que “não fazer nada em relação a um problema, também é uma forma de Política Pública”. Já a Multicêntrica, definição de Leonardo Secchi (2009), o executor das ações podem ser organizações não governamentais tanto privadas como públicas, como qualquer outro ator social.

Como supracitado, as políticas públicas estão presentes em diversas áreas, que podem ser divididas em quatro tipos, as políticas públicas distributivas, que tem como exemplo programas de distribuição de recursos para pesquisa e desenvolvimento; as redistributivas, sendo políticas sociais; as regulatórias, que são do setor da economia; e as constitutivas, que definem as regras dos sistemas políticos. Um exemplo de política pública na área educacional é o Programa Universidade para Todos (Prouni), programa criado pelo governo para estudantes de baixa renda receberem bolsa de estudos, integrais ou parciais em universidades públicas. Outra política na área econômica é o programa Bolsa Família, um apoio financeiro às famílias mais carentes. Contudo, o foco deste trabalho será o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE).

No ano de 2008 foi celebrado o bicentenário do comércio exterior brasileiro, em comemoração a data foi lançado um material multimídia durante a 123.^a edição do Encontro de Comércio Exterior (Encomex) em Brasília. O material foi resultado de uma pesquisa histórica feita pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), juntamente com profissionais da Universidade de Brasília da área da História e com o apoio da Agência de Promoção das Exportações (Apex-Brasil). É uma descrição sobre os 200 anos das relações comerciais do Brasil com diversos outros países. Com o avanço da globalização do comércio e sua rápida expansão, a inserção de empresas de diversos segmentos no mercado internacional se tornou de grande relevância na agenda do Governo, se tornando

² Indicação de leitura: DYE, Thomas R. (1984). Understanding Public Policy

uma das prioridades da política industrial do Brasil nos anos 2000. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (2002), “o rápido crescimento econômico esteve crescentemente associado ao êxito das exportações. Todavia, este êxito ocorreu no âmbito de estratégias de política comercial muito diversa”. Em 2012 o PNCE foi criado com o objetivo de diversificar as exportações e a internacionalização de empresas brasileiras, em especial, para incentivar a participação de micro, pequenas e médias empresas a exportarem seus produtos e serviços, no Plano Brasil Maior, do Governo Federal.

O Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) é um programa desenvolvido pelo Governo Federal sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em parceria com mais 14 Instituições nacionais e regionais, que tem como objetivo desenvolver e difundir a cultura exportadora nos estados brasileiros, através da capacitação de gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior para a implementação de Política Nacional de Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora e de seus instrumentos, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora (SECEX, 2012, p.1).

A partir do cenário da globalização e da internacionalização de empresas, as agências de promoção das exportações ao redor do mundo tiveram grande relevância para o contexto, como, por exemplo, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil). Tem como missão expandir a competitividade de empresas brasileiras frente ao mercado internacional e a atração de investimentos estrangeiros.

Um dos objetivos dessa proposta de trabalho é compreender a atuação do PNCE no Tocantins, seus representantes e a atuação feminina incorporada ao comitê estadual. O comitê estadual criado no ano de 2017 tem como parceiros o Banco do Brasil/TO, Correios/TO, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET), Federação do Comércio do Estado do Tocantins (Fecomércio/TO), Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO), Infraero/TO, Receita Federal/TO, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/TO) e a Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços do Estado do Tocantins (SICS).

A criação de comitês estaduais teve como objetivo descentralizar ações de exportação do Brasil, o comitê é um órgão consultivo e deliberativo, sem

personalidade jurídica. No que se refere à representação feminina, buscaremos abordar sobre a configuração de mulheres representantes no comitê, bem como evidenciar algumas mulheres que por meio do PNCE puderam internacionalizar sua empresa e expandir seu produto ao mercado internacional, apresentando os desafios, dificuldades e preconceitos enfrentados por elas.

Diante do exposto, as bases que justificam esse trabalho de pesquisa centram-se nas análises de como as mulheres estão inseridas na construção de políticas econômicas, tendo em vista um histórico de exclusões e apagamentos. Centramos nossas análises nas políticas de exportações que é um espaço onde tenho a experiência de estágio no campo das Relações Internacionais. O tema é significativo, uma vez que o atual cenário global e aumento das exportações em todo o mundo, em especial o crescimento e desenvolvimento das exportações no estado do Tocantins, e a representatividade de mulheres em setores de trabalho anteriormente desfrutado apenas por homens.

Neste contexto, a pergunta que orientou o trabalho foi: No processo de internacionalização da economia brasileira e tocantinense onde estão as mulheres na construção, materialização e atuação nos setores de cultura exportadora? Outras questões foram suscitadas como: Como a presença das mulheres podem ajudar no crescimento da economia? Existe um embargo social ou um estigma que não permite vermos as mulheres como atores (ou melhor, atrizes) na economia?

Com base nessas questões, o objetivo geral deste trabalho é analisar o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) como uma política pública econômica que possa viabilizar a inserção de mulheres na exportação e conseqüentemente sua atuação no comércio exterior tomando por crivo tais possibilidades a partir dessas políticas públicas no Estado do Tocantins.

A partir desse objetivo geral, delinearam-se alguns objetivos específicos para nos auxiliar teórico e metodologicamente: a) apresentar os conceitos e históricos de políticas públicas econômicas e a forma de implementação desde o período de redemocratização do Estado Brasileiro; b) contextualizar a inserção das mulheres no mercado de trabalho e seus desafios; c) compreender o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) e seus objetivos identificando sua atuação no Tocantins; d) Apresentar as dificuldades enfrentadas pelo setor de exportação destacando presença e ausências de participação feminina.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo intitulado “Políticas Econômicas no Brasil” visa compreender as principais políticas econômicas do Brasil no período pós redemocratização. Inicialmente esse capítulo nos reinsere em algumas premissas da Economia, área ao qual temos contato na formação em Relações Internacionais, para em seguida compreender se há uma preocupação das políticas públicas na área da economia em oportunizar melhores condições para as mulheres em suas materializações, sobretudo no comércio internacional. Nesse capítulo tentaremos fazer uma interface das teorias que estruturam as categorias principais do trabalho, bem como da teoria utilizada como crítica para compreensão do tema.

No terceiro capítulo cujo título é “Mercado de Trabalho Global das Mulheres” será abordado como se deu a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a partir de trabalhos estereotipados, ditos como trabalhos femininos, a luta na busca de um trabalho decente e igualitário. Os desafios enfrentados nas jornadas duplas e triplas das mulheres, que em sua maioria já experimentam a maternidade e precisam cuidar dos filhos e da casa.

No quarto e último capítulo “Possibilidades de Inserção das Mulheres nas Políticas de Exportação no Tocantins (Brasil) ”, objetiva-se apresentar as mulheres no mercado internacional, sua importância e como a presença das mulheres podem ser benéficas para as empresas e também para a economia do país. Além de demonstrar como está a presença das mulheres no comércio internacional, para isso utilizaremos os dados do PNCE-TO como exemplo de política pública. Acredita-se que esta análise pode apontar um importante fator no empoderamento feminino local/regional na economia.

E por fim, são apresentadas as considerações finais que revelam a importância de políticas públicas para as mulheres no mercado de trabalho, e em especial, no comércio internacional, e poderem beneficiar tanto no fortalecimento quanto na promoção da igualdade de gênero, partindo do espaço economia como uma proposta de transformação social a partir do gênero.

2 PANORAMA POLÍTICO DO BRASIL PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO – JOSÉ SARNEY A JAIR BOLSONARO

Este tópico se destina a compreender as principais políticas econômicas do Brasil pós redemocratização a fim de compreender o cenário econômico e se há nele políticas que viabilizaram as condições sociais das mulheres no mercado de trabalho e/ou que mapearam a ausência da força feminina como composição dos espaços de atuação econômica, sobretudo no que cerne os espaços de exportação, câmaras de comércio e, assim, dimensionar como a atual ausência de mulheres pode ser explicada nas teorias sociais.

Numa definição mais simples, Política Econômica é o conjunto de medidas tomadas por um governo com objetivos de produzir efeitos (imediatos e a médio ou longo prazo) na situação econômica de um espaço. Numa outra ideia, é a forma de se conduzir economicamente esse espaço. São decisões com diversas escalas de tomadas de decisões e impactos (comunitárias, estaduais, nacionais ou internacionais), cuja principal é estabelecida pelo governo estatal e suas instituições (Banco Central, os bancos e entidades multinacionais).

A Teoria Crítica em Relações Internacionais é necessária para compreender a perspectiva regional e crítica da economia, e do mercado de trabalho, no que lhe concerne, apresenta um panorama sobre a inserção das mulheres nas políticas econômicas de exportação como atores capacitados a atuarem nesses espaços a partir de suas formações. Ademais:

Ao contrário da teoria de solução de problemas, a perspectiva crítica é, sobretudo, subversiva, pois pretende desnudar o véu ideológico que mascara as relações sociais, mas ela não pode se contentar em simplesmente denunciar, pois o imperativo ético reside em criticar o *status quo* apontando para uma nova práxis social, para a superação dos padrões de sociabilidade vigente por uma nova ordem. Nesse sentido, a teoria crítica também é uma teoria de solução de problemas, mas não no sentido de dar solução para a continuidade do *status quo*, mas para apontar soluções no sentido da superação da ordem vigente (COELHO; LACAZE, 2020, p. 255).

Nessa perspectiva, para Coelho e Lacaze (2020)³ a teoria crítica defende que a organicidade representa o compromisso do esforço reflexivo por desvelar o “discurso natural” das relações, o discurso das coisas que parecem naturais, ou vistas como representativas da ordem. A ordem é a estrutura, que historicamente se constitui. Portanto, ordem e a mudança são as duas faces da condição da vida social.

Já a Teoria Feminista é inserida nesse debate como tensionadora dessa ordem, ou dessa estrutura que ao longo do tempo e espaço, excluiu as mulheres das bases sociais, dentre elas, as econômicas, não só como contribuintes dessas economias, mas também como formuladoras. Logo, a Teoria Feminista permeia esse trabalho a partir das mulheres como sujeitos sociais excluídos das possibilidades de pensar a economia, e como atores no sistema internacional que dinamiza a economia, a partir das suas formações e reivindicações no espaço da economia.

Para Fernandez (2019, p.79-80), “os aportes da teoria feminista vêm representando uma importante fonte de renovação também para a economia”. Fernandez expande melhor essa afirmação ao colocar:

A crítica feminista enfatiza que a sociedade está embasada em uma estrutura dicotômica, que por um lado separa as esferas do público e do privado, e por outro as hierarquiza, atribuindo distintos papéis sociais a homens e mulheres de acordo com os seus gêneros. Segundo essa divisão, aos homens caberia a ocupação do espaço público e às mulheres a circunscrição ao espaço privado da casa. Tal ordenação social com base no gênero foi exemplarmente capturada pelo antigo adágio, consoante o qual “o lar do homem é o mundo e o mundo da mulher é o lar”. O conceito-chave para se analisar a economia a partir da ótica feminista também é o de gênero (FERNANDEZ, 2019, p. 80).

Nos subitens a seguir traremos os panoramas econômicos como esse espaço necessário para as políticas econômicas, sociais e também públicas, mas que apesar de salutar para pensar a nova configuração de estado após a redemocratização do Brasil como estado democrático de direito, não avançou no sentido de incluir as mulheres nas elaborações e como sujeitos a ocupar espaços de movimentações econômicas.

³ COELHO, Jaime; LACAZE, Laura. INSURGÊNCIA PERIFÉRICA E A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Lua Nova**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/VGwJVtrJG6ygQfsqT9BwSWn/?format=pdf&lang=pt>.

O panorama das políticas econômicas nos familiarizou com um pequeno e restrito histórico da economia brasileira. As políticas internacionais alargaram nossa compreensão sobre a economia e o tópico sobre as teorias nos orientou no entendimento de como inserir o debate nos capítulos seguintes.

2.1 Um Panorama das Políticas Econômicas pós redemocratização

Após mais de 10 (dez) anos do regime de Ditadura Militar no Brasil⁴ ao final da década de 1970, adensaram-se as lutas sociais e populares pelo processo de redemocratização no país, ou seja, restauração da democracia. Ainda durante a ditadura, mais precisamente durante o governo de Ernesto Geisel, algumas mudanças já haviam ocorrendo no cenário político, ainda que por pressões externas a esse regime.

Em relação à economia se faz necessário citar um importante fenômeno ocorrido entre os anos de 1968 e 1973, o chamado Milagre Econômico, que foi um significativo crescimento econômico do país, decorrente de políticas instauradas durante o governo de Castelo Branco. De acordo com Paulino (2020), o assim chamado milagre econômico brasileiro ocorreu no período linha dura da ditadura militar do país, entre os anos de 1968 até 1973: “ocasião que teve como presidentes Artur da Costa e Silva até 1969 e Emílio Garrastazu Médici até o final do milagre, período esse conhecido também como anos de chumbo”. Expandindo melhor essa definição:

O termo “milagre econômico” foi muito utilizado principalmente pela imprensa oficial nacional e internacional, buscando explicar o crescimento rápido de dados da economia brasileira no período referido. [...] Ao final de cada balanço econômico, o governo e a burguesia parabenizavam-se pelos números, pelo ‘clima de calma e tranquilidade’ que diziam existir no País e, é claro, pelas altíssimas taxas de lucros obtidos. [...] O desenvolvimento das empresas e o alto rendimento de capital da classe detentora dos meios de produção eram consequências justamente do descaso no qual o governo tinha com o proletariado e com a questão socioambiental do país, mantendo os salários sempre baixos, más condições de trabalho e de vida, depredação ecológica, e uma autoritária forma de governo. Quaisquer manifestações por melhorias sociais, ambientais e salariais eram respondidas de forma violenta e agressiva (PAULINO, 2020, p. 563).

⁴ Aqui adotaremos a denominação ditadura militar por uma posição teórico que assume que esse regime extraiu as possibilidades reais de quaisquer aspectos da democracia.

Nesse sentido, o Brasil passa a ser então um país de aparências, onde só eram observados e levados em conta dados da economia industrial pela ótica da burguesia, deixando de lado a análise socioeconômica de quem realizava a real produção interna do país, a massa de trabalhadores assalariados, que se encontrava mais da metade recebendo menos de um salário mínimo, e em péssimas condições sociais e de trabalho, sendo o Brasil um dos primeiros países em assuntos como subnutrição, mortalidade infantil e acidentes de trabalho (HABERT, 1992 Apud PAULINO, 2020).

Com o fim da Ditadura foram realizadas as eleições, no entanto, essas não foram de forma direta e a escolha do novo presidente foi realizada pelo Colégio eleitoral (formado por deputados federais, senadores, e delegados de cada Assembleia Legislativa dos Estados) em que se elegeu Tancredo Neves. Tancredo faleceu antes de tomar posse e em 1985, José Sarney assumiu (Figura 1). De acordo com a Agência Senado (2015), “José Sarney passou 37 dias como presidente interino, com a morte de Tancredo Neves, assumiu definitivamente a Presidência da República e consolidou a redemocratização”.

Imagem 1 - Notícia sobre a posse de Sarney



Fonte: Agência Senado (2015)

Apesar do “fenômeno” do milagre econômico ainda no início da Ditadura, o regime deixou o país endividado e com inflação, além de outras questões sociais. A solução encontrada pelo então presidente, José Sarney e sua equipe foi chamada de “Plano Cruzado”, isto é, um plano sobretudo, monetário e seus objetivos eram o congelamento dos preços, a substituição da moeda, anteriormente cruzeiro para o cruzado e um aumento dos salários.

Estamos derrubando os muros da fortaleza inflacionária. Ainda enfrentamos a força dos hábitos há tempos arraigados. Basta lembrar que a inflação e a correção monetária fazem parte da vida e dos hábitos de nossas novas gerações, que não conhecem outra economia senão essa (Presidente José Sarney, no lançamento do Cruzado).

De acordo nossas leituras, a princípio o plano obteve adesão, aparentemente tocou na qualidade de vida da população, porém não durou muito, em poucos meses faltavam mercadorias nas prateleiras. Foi então criado o Plano Cruzado II e outros dois planos em busca da estabilidade econômica, surgindo também uma nova moeda, o Cruzado Novo, porém sem sucesso.

Em 1990, com as primeiras eleições diretas desde o fim da ditadura, Fernando Collor de Mello foi eleito presidente. Logo de início, Collor lançou uma medida provisória conhecida como Plano Collor, trouxe novamente o Cruzeiro como moeda, fez reformas administrativas com o fechamento de ministérios e encerramento de contratos com diversas empresas e realizou relativa abertura do mercado brasileiro ao exterior. O plano adotado não funcionou e o presidente lançou o Plano Collor 2, mas que também não obteve sucesso em salvar a economia brasileira ou a inflação. De acordo com Souza (2016, s/p):

Ao fim do mês de janeiro de 1991, fora implementado o Plano Collor II. O plano representou uma nova tentativa de estabilização econômica, principalmente no que tange ao controle da inflação. O governo, diante da pressão da sociedade civil (principalmente empresários e sindicatos), temerosa de um novo choque econômico, procurou apresentar o Plano Collor II como continuidade do primeiro. Seus objetivos eram um ajuste fiscal mais duradouro que possibilitasse a retomada de investimentos e o resgate da dívida social.

Após denúncias feitas sobre envolvimento em corrupção e fraudes financeiras, evidenciadas através de organizações populares, dentre elas manifestações do movimento estudantil conhecidas como “Caras Pintadas” ao qual tinha o objetivo de destituir o atual presidente, a partir do dispositivo legal, houve, portanto, o *Impeachment* de Collor em 1992, que após o decorrer do processo de afastamento do presidente, por votação no Senado, Fernando Collor de Mello se torna o primeiro presidente eleito (nas redundâncias de circunstâncias) a sofrer um *Impeachment* e Itamar Franco seu vice-presidente, assume a presidência da república brasileira.

O governo de Itamar Franco foi marcado por realizar o que os outros dois presidentes não conseguiram, a estabilização da economia e o controle da inflação, por meio do Plano Real, trabalho de Fernando Henrique Cardoso à frente do Ministério da Fazenda. É preciso ponderar ter sido um cenário de vulnerabilidade econômica extrema e que apesar dessa estabilidade, não é possível apontar uma política econômica engajada socialmente.

O Plano Real foi implementado em três etapas, a primeira com a estabilização das contas públicas, um ajuste fiscal, a segunda com o lançamento de uma moeda virtual, preparando para a transição do cruzeiro real para o real e a terceira etapa o lançamento da nova moeda. Em 1993 foi implantado o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), que autorizava a emissão de documentos para exportação, esse foi um importante passo para a estruturação do comércio exterior brasileiro (GOVERNO FEDERAL, 2022).

Nos anos de 1995 a 2002 Fernando Henrique Cardoso (FHC) governou o Brasil por dois mandatos consecutivos. A política econômica de FHC focou na estabilização dos preços e da economia em geral, adotou uma economia assumidamente neoliberal, propôs uma política baseada na privatização de estatais. Ainda sobre:

A política econômica do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) deu absoluta ênfase à consolidação do ambiente de estabilidade de preços. Durante todo o período, foi mantido um regime cambial semifixo, baseado na administração de estreitas bandas de flutuação. Permitiu-se uma desvalorização cambial a um ritmo relativamente estável, porém insuficiente para a redução do desequilíbrio do mercado em relação ao câmbio real de equilíbrio (OLIVEIRA; TUROLLA, 2003, p. 196).

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010, a política externa do país se tornou cada vez menos dependente dos Estados Unidos e seu governo passou a defender os interesses do país no exterior, mas sob a perspectiva de negociador direto. Anteriormente a esse período o comércio exterior brasileiro concentrava-se na exportação de produtos primários, como o café, algodão, cacau, açúcar, entre outros. A modernização do setor industrial e diversificação do comércio geraram o destaque das exportações de produtos brasileiros e o aparecimento de parceiros comerciais importantes como a China.

Além da ampliação no mercado externo, políticas públicas internas foram de suma importância para a melhoria da qualidade de vida da população de classes menos favorecidas, como a realização de diversos programas sociais, como o Fome Zero e o Bolsa Família. Essas duas políticas são, portanto, os primeiros traços de uma economia que enxergou sintomas das desigualdades sociais de classe, mas também de gênero no Brasil.

Especificamente o Fome Zero, preconizava combater a exclusão social priorizando três esferas essenciais: 1) a manutenção da vida humana (a partir de ações conjuntas entre o Estado e a sociedade); 2) a superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero e raça; 3) articulação entre orçamento e a gestão de medidas emergenciais com ações estruturantes e emancipatórias do sujeito vulnerável.

Em 2003, a luta para erradicar a fome no Brasil foi transformada numa importante e arrojada iniciativa na agenda política nacional. Desde o início, durante o governo do Presidente Lula da Silva, esse objetivo iria nortear a visão do Governo Federal. O Fome Zero era uma estratégia holística, não uma atividade pública isolada, voltada para a população como um todo (sem focar num alvo específico). Era composto por conjuntos de programas e medidas implementadas entre 2003 e 2010, e foi tão bem-sucedido que o Brasil se tornou referência internacional em políticas de segurança alimentar e de redução da pobreza (DELGROSSI et. al, 2019, p.20).

Apesar do programa colocar que não havia alvo específico, ou baseado nas nuances sociais que vulnerabilizam sujeitos sociais a partir do gênero, a fome é um fenômeno com marcadores. Um desses marcadores é o gênero que está mais presente nos dados da fome – as mulheres.

A face mais conhecida do Fome Zero é o programa Bolsa Família, que transfere uma renda mensal às famílias mais pobres, mediante três condições: que as crianças frequentem a escola, que tomem todas as vacinas e que as mulheres grávidas façam todos os exames de saúde recomendados pela Organização Mundial da Saúde. Considerado um dos melhores programas de transferência condicionada de renda no mundo, o Bolsa Família atende hoje 14 milhões de famílias, cerca de 54 milhões de pessoas. A presidenta Dilma Rousseff aperfeiçoou essa estratégia, criando o programa Brasil Sem Miséria, que complementa a renda necessária para que todas as famílias atendidas ultrapassem a linha de pobreza. Podem não acreditar, mas o gasto foi mínimo (SILVA, 2019, p. 10).

No governo posterior ao de Lula, foi incorporado o dado referente as mulheres chefes de família, dado esse levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na prática, isso consistiu na identificação das mulheres como as beneficiárias nominais da transferência, na perspectiva de que, no âmbito das relações de gênero, as mulheres promoveriam um uso mais eficiente e efetivo de um recurso relativamente pequeno alocado à família, evitando, assim desperdícios e usos indevidos (LAVINAS et. al, 2012, p. 33).

Nos governos de Dilma Rousseff, de 2011 a 2016, a primeira mulher no cargo de presidente do Brasil, a presidente adotou diversas medidas para manter a economia em crescimento, entre elas a criação do plano “Brasil Maior”⁵, que tinha como objetivo a inovação e concentração da produção do parque industrial brasileiro, o aumento das taxas de importações de produtos de setores específicos a fim de proteger a indústria nacional, além da redução das taxas de energia elétrica do país. O Plano Nacional da Cultura Exportadora - PNCE, política pública da qual iremos abordar trabalho, faz parte deste Plano Brasil Maior.

Já o governo de Michel Temer, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, alterou a direção das políticas econômicas, com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que limitava os gastos públicos por 20 anos, impedindo programas sociais de diversas áreas de funcionarem devidamente, pode-se considerar que este período foi de estagnação na economia.

A política econômica liberal do governo Temer foi aprofundada no governo de Jair Messias Bolsonaro, atual presidente. Com a pandemia da COVID-19 o governo Bolsonaro possui uma política econômica incerta e persistiu em medidas que não podem ser postas em prática, isso influenciou na desvalorização da moeda brasileira, que atualmente passa por uma crise.

⁵ Plano completo disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/carne-bovina/anos-anteriores/plano-brasil-maior.pdf>

2.2 Principais Políticas Econômicas Internacionais

As políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de ações e decisões que são tomadas pelos governos, sejam eles nacionais, estaduais ou até mesmo municipais, para a resolução de um problema público e dentro dessas políticas públicas existem outras divisões a depender do seu papel.

Para Lamounier (1982) “toda política pública é uma forma de intervenção nas relações sociais”, ou seja, as políticas públicas são feitas pelo Estado e seus governos, a fim de intervir em um interesse comum, seja ele de base econômica ou social. As políticas econômicas de um país são uma forma de atração de investimentos estrangeiros. O investimento direto estrangeiro é importante para a economia e fomenta a competição entre as empresas do mercado doméstico (SILVEIRA et al., 2017). A partir do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) ocorre internacionalização, e por meio dela possibilita a troca de tecnologias, habilidades, informações, entre outros. O Plano Real foi uma importante política pública para o IDE.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é outro exemplo, pois o bloco é formado por uma política pública colaborativa entre outros países e possibilita a derrubada de barreiras protecionistas, estimula o livre comércio, estimula a circulação de pessoas e mercadorias sem burocracias entre os países membros. Além de ampliar o mercado potencial das empresas que se instalam no Brasil e possibilita o livre comércio entre os países da América Latina. Segundo Paulo de Almeida, 2007, as relações econômicas internacionais podem ser conceitualmente definidas como fluxos que se estabelecem entre as economias nacionais atuando de forma interdependente no plano mundial.

Outro exemplo de política pública é o Comitê de Política Monetária (COPOM) é um órgão do Banco Central do Brasil que define a taxa básica de juros da economia. A Organização Mundial do Comércio (OMC) é responsável pela regulamentação do comércio internacional, ela monitora e executa políticas comerciais entre os países membros. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) é um órgão das Nações Unidas que tem o objetivo de promover a interação entre os países em desenvolvimento para o acesso a uma economia globalizada, justa e eficaz. E por fim a Agência

Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) também é uma política econômica e que será um dos focos deste trabalho.

Fortalecer o comércio exterior do Brasil e posicionar produtos e serviços brasileiros como opções relevantes para negócios globais estão no centro da estratégia da Agência Brasileira de Promoção de Exportações (Apex-Brasil), instituída pelo Governo Federal como Serviço Social Autônomo em 2003 (FONTOURA, 2017, p. s/p).

Particularmente, a Apex-Brasil desenvolve um projeto intitulado Mulheres na Exportação, que realizou iniciativas de sensibilização, capacitação e promoção de negócios internacionais para milhares de empresas lideradas por mulheres. Outra atividade que está ligada a formação de mulheres é o Fórum Empreendedoras. Todavia, resultados como a participação política ativa e direitos iguais para homens e mulheres, não têm muito investimento financeiro para execução, mas são agentes relevantes de desenvolvimento, o que reforça a importância de se abordar o tema do desenvolvimento sob uma perspectiva multifacetada e sistêmica (FONTOURA, 2017).

A partir de 2003, no governo de Luiz Inácio, o Brasil teve um destaque em suas políticas econômicas através de cooperações técnicas com outros países, como, por exemplo, a Cooperação Sul-Sul⁶, em especial no continente Africano compartilhando suas experiências e políticas aos países mais carentes de ajuda externa, principalmente na área da saúde. As cooperações tiveram um grande destaque que se tornou uma política externa brasileira.

2.3 As Teorias Crítica e Feminista como proposta de análise

Antes de partirmos para outras etapas do trabalho, vamos aqui explicitar quais serão os caminhos metodológicos deste trabalho a iniciar pela teoria que irá auxiliar- nos a compreender o nosso tema.

A teoria utilizada neste trabalho será a teoria crítica em Relações Internacionais de Robert Cox, que apresenta o pensamento sobre a influência do poder e dos interesses na produção intelectual. Seu foco é a realidade na

⁶ Ver sobre Cooperação Sul-Sul e demais cooperação do Brasil no Ministério das Relações Exteriores: <http://www.abc.gov.br/cooperacaotecnica/historico>

transformação da ordem internacional, nos âmbitos político, econômico e social. O pensamento realista procura regularidades no sistema internacional, que lhe permitam prever como as entidades políticas se comportaram. Para isso, interpreta realidades distintas, buscando apontar características que sugerem continuidades. (Silva, 2005).

Segundo a teoria crítica a ordem internacional está em constante transformação. Cox abrange o pensamento sobre a influência do poder e dos interesses na produção intelectual, sua teoria apresenta uma preocupação central, da transformação das realidades social e política. Acredito que esta teoria se justifique a utilização neste trabalho, já que é posto em discussão a pouca participação da mulher no mercado de trabalho, sobretudo devido às desigualdades sociais e as transformações políticas que podem ser feitas para elas e com elas na política.

A Teoria Feminista intervém esse trabalho a partir das mulheres como sujeitos sociais excluídos das possibilidades de pensar a economia. Para Narvaz e Koller (2006), a teoria do ponto de vista feminista se insere no paradigma da Teoria Crítica ao identificar uma perspectiva social particular como a de grupos em desvantagem, oprimidos (ex: no marxismo, o ponto de vista do proletariado; a epistemologia feminista negra). Vale-se da consciência bifurcada, ser de fora e estar dentro, a habilidade de ver tanto da perspectiva do dominador quanto da perspectiva do oprimido (W.E.B. DuBois, Sandra Harding, Dorothy Smith, Patricia Hill Collins).⁷

Políticas Públicas constituem maneiras de regulação ou de intervenção do Estado, através de um conjunto de ações ou omissões, na mediação de interesses e do poder de diferentes sujeitos, o que implica vontade política no sentido de distribuir ou não o poder e de estender os benefícios sociais. Trata-se de um processo social, histórico, inacabado, contraditório e complexo. Tal processo é composto de etapas, interdependentes e articuladas, distinguidas mais para efeito de compreensão e análise: transformação do problema em questão, formulação da agenda, formulação de alternativas de políticas, adoção da política, implementação (execução) e avaliação da política (SILVA, 2008).

⁷ ORG. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. 2019.

A luta por políticas públicas, sua implementação e o controle social dessas políticas, podem ser também uma crítica, reação e resistência ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo. O empirismo feminista é a visão que a experiência fornece as evidências sobre o mundo, Anderson (1995). Segundo Mary Caprioli (2004), os trabalhos feministas racionalistas/empiristas podem contribuir para a agenda das demandas feministas, que buscam liberdade, igualdade e autogoverno. Para Schmidt (2004, p. 17):

Se o feminismo, como prática política, já nasce como uma arena, lugar para onde confluem discursos vindos de muitos lugares, cena aberta de disputa e negociação de poder, com o visível alargamento do campo nas últimas décadas, esta sua característica se intensifica. [...] No campo teórico, acredito que tem sido nossa tarefa problematizar a dicotomia conceitual entre teoria e prática, constituindo nossos procedimentos como “práticas teóricas”, em que nossa intervenção diária na arena das disputas de significado no campo do saber consiste em formular novas interpretações dos novos e velhos discursos produzidos na cultura. Um modo feminista de ler e interpretar o mundo, e de produzir discursos que interfiram nos contextos em que atuamos, parece ser a mais fundamental forma de luta política contemporânea. Esta nossa prática interpretativa e teórica deve constantemente rever e subverter lugares de poder, dentro e fora do feminismo.

Na teoria, mas não somente há muitos campos de disputas em que as mulheres ainda precisam se colocar, impor ou debruçar. Obviamente que a teoria é um dos espaços pelas quais se deve “brigar”, pois é a forma como são explicadas as realidades é que sujeitos sociais periféricos ou periferizados tendem a aparecer. A explicação de um mundo construído por mulheres passa por teoriza-lo sem ignorar a presença dessas mulheres como construtoras. Todavia, a ocupação as mulheres se dão por vários caminhos. Logo:

Outra contribuição importante, e mais direta, da crítica feminista radical para os feminismos das RI pode ser encontrada no campo da economia política internacional, especialmente naquelas abordagens que se identificam como neo-gramscianas. Começam a surgir questões sobre quais seriam os resultados de pesquisas que reconhecem a necessidade de a política econômica internacional incluir a contribuição das mulheres nos espaços domésticos de produção da vida material (VENTURA; KRITSCH, 2017, p. 41).

Para estas autoras, nessa análise crítica feminista, tal teoria, ou modelo clássico da epistemologia remonta ao materialismo histórico, próximo às proposições de Karl Marx. Isto é, diferentes grupos sociais possuem pontos de vista epistêmicos distintos, sendo que o posicionamento material de um grupo o coloca em um ponto de vista privilegiado em relação a outro grupo. O que o feminismo compartilha com o marxismo é esta ideia intuitiva de que “uma vida inserida na dura realidade de quaisquer relações de poder fornece um entendimento crítico que não é percebido por aquelas/es que levam uma vida amortecida pela posse do poder”. (Fricker, 1999).

3 MERCADO DE TRABALHO GLOBAL DAS MULHERES

Neste capítulo serão apresentados como se deu a inserção da mulher no mercado de trabalho, desafios e barreiras, dados gerais do trabalho e mão de obra feminina, organizações que trabalham para dar assistência e garantir os direitos das mulheres.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), defensora dos valores, direitos e princípios do trabalho digno em âmbito internacional, experimentou alterações em sua orientação institucional ao longo da história, apesar dos contextos adversos ao seu protagonismo internacional em matéria de regulação eficaz das relações laborais (NETO; VOLTANI, 2019).

A OIT surgiu em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, e tem como mandato a promoção da justiça social e dos direitos humanos e trabalhistas fundamentais para a paz universal e permanente. A Organização é estruturada em três principais órgãos: o Conselho de Administração, a Conferência Internacional do Trabalho e a Repartição Internacional do Trabalho (art. 2.º da Constituição da OIT).

A jornada de trabalho é parte central do capitalismo e sua evolução é resultado do movimento mais geral do sistema, condicionada pela estrutura das relações industriais, do contexto histórico, político e social da época (FARES, 2017, p. 17). Ainda para esta autora:

A recomposição da jornada continua reafirmando a divisão sexual do trabalho, em que a mulher é a principal responsável pelos afazeres domésticos, independentemente de sua forma de inserção no trabalho. Entretanto, dependendo do tipo de inserção e da situação socioeconômica das mulheres esse trabalho é mais ou menos compartilhado com os companheiros. Quanto menor a renda e mais tempo as mulheres estão em casa, maior é o tempo gasto nos afazeres domésticos. Também, a possibilidade de dividir o trabalho doméstico com outras mulheres (empregadas) depende do tipo inserção e da renda (FARES, 2017, p. 257).

Apesar do debate pertinente, não é nossa intenção aprofundar sobre as dimensões históricas e sociológicas das jornadas de trabalho, mesmo aquelas ligadas as mulheres. A ideia é encontrar o contexto que as aproximam ou as impedem as mulheres de compreenderem seus espaços de atuação.

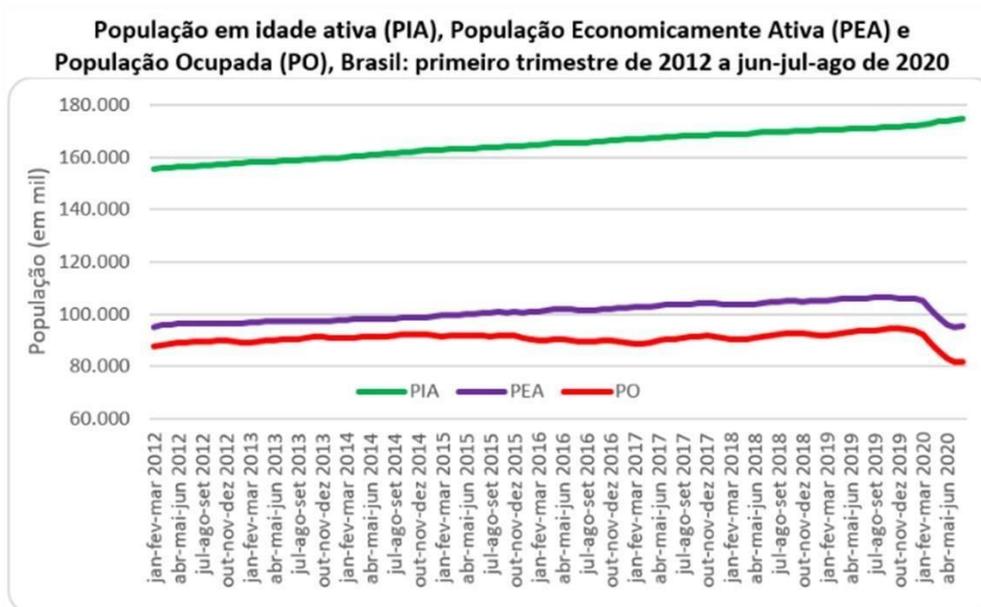
3.1 Organização Internacional do Trabalho - OIT

Com o objetivo de promover a justiça social e como parte do Tratado de Versalhes de 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho - OIT, que tem a missão de possibilitar oportunidades para que homens e mulheres tenham acesso a um trabalho decente, com condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. A OIT é uma agência das Nações Unidas com representantes dos seus 187 Estados-membros. Segundo a OIT, o trabalho decente:

[...] é condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. (OIT, 1999)

Infelizmente nem todos os brasileiros podem desfrutar de um trabalho decente, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), até janeiro de 2022 a taxa de participação da População Economicamente Ativa e da População em Idade Ativa (PEA/PIA) foi de 62.3% da população brasileira. O gráfico abaixo apresenta os dados entre os anos de 2012 a 2020, a partir dele pode-se observar que o número de pessoas em idade ativa, ou seja, a partir dos 10 anos de idade, cresceu.

Gráfico I



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal

Pessoas entrando no mercado de trabalho cada vez mais jovens. Se analisarmos a queda entre os anos de 2019 e 2020, podemos considerar como uma das consequências da pandemia da Covid-19, que não entrará em discussão neste trabalho.

Vale lembrar ainda que a PEA é subdividida em População Ocupada (PO) e População Desocupada (PD), sendo assim uma parcela da PEA estão procurando emprego ou não possuem emprego remunerado. Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos brasileiros, em especial mulheres e negros, é a desigualdade e baixa estruturação do mercado de trabalho brasileiro, o trabalho dos movimentos negro e feministas tem se destacado e auxiliado no combate à discriminação de gênero e de raça/etnia em diversos setores da sociedade.

Conforme o PNADC e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019 a população economicamente ativa era de 47,9 milhões de mulheres e desse total 41,6 milhões de mulheres estavam ocupadas e 6,3 milhões, desocupadas. A imagem 3 abaixo mostra uma estimativa da OIT para 2017 da taxa de participação feminina no mercado de trabalho seria de 56% e uma comparação com a média mundial. Estimando ainda uma redução de 25% até o ano de 2025. Apenas a título de comparação até o terceiro trimestre de 2022 e considerando as consequências de dois anos da pandemia de Covid-19, a taxa de participação feminina foi de 47,3%.

Imagem 3 – Diferença entre gêneros na participação no mercado de trabalho e potencial impacto na diminuição de tal diferença.

País/ Região	Projeções para 2017			Redução de até 25% na diferença entre gêneros no mercado de trabalho até 2025		
	Participação no mercado de trabalho			Mão-de-obra adicional		Crescimento no PIB
	Homens (%)	Mulheres (%)	Diferença (pontos percentuais)	Milhões	%	\$ Bilhões, PPP
Brasil	78,2	56,0	22,1	5,1	3,3	116,7
Mundo	76,1	49,4	26,7	203,9	3,9	5.767

Fonte: *World Employment and Social Outlook: Trends for Women 2017*. Taxas de participação e diferenças entre elas são projetadas.

3.2 Inserção da mulher no mercado de trabalho

Segundo French (1992) o trabalho pode representar uma atividade penosa, um fardo, uma doença ou sofrimento. Bem como o mesmo autor observa que o trabalho pode também ter uma implicação prazerosa, dando sentido à vida, formando uma identidade pessoal, denotando crescimento e desenvolvimento. Ao longo da história o conceito de trabalho foi obtendo diferentes percepções e configurações. Dentre tais configurações, a divisão sexual do trabalho.

“As relações de gênero não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais que tem uma base material” (OLIVEIRA, 1999).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho não se deu de forma simples e igualitária, aos poucos foram deixando a esfera do lar e ocupando lugares anteriormente vistos como trabalho masculino. O Brasil, por exemplo com seu caráter colonial teve um atraso nas conquistas femininas em comparação a outros países. É explícito que o patriarcado está intrínseco no arranjo social ainda nos dias atuais e a luta por uma sociedade igualitária permanece. As circunstâncias e mudanças de comportamentos e padrões abriram espaço para a participação da mulher no mercado de trabalho não somente para

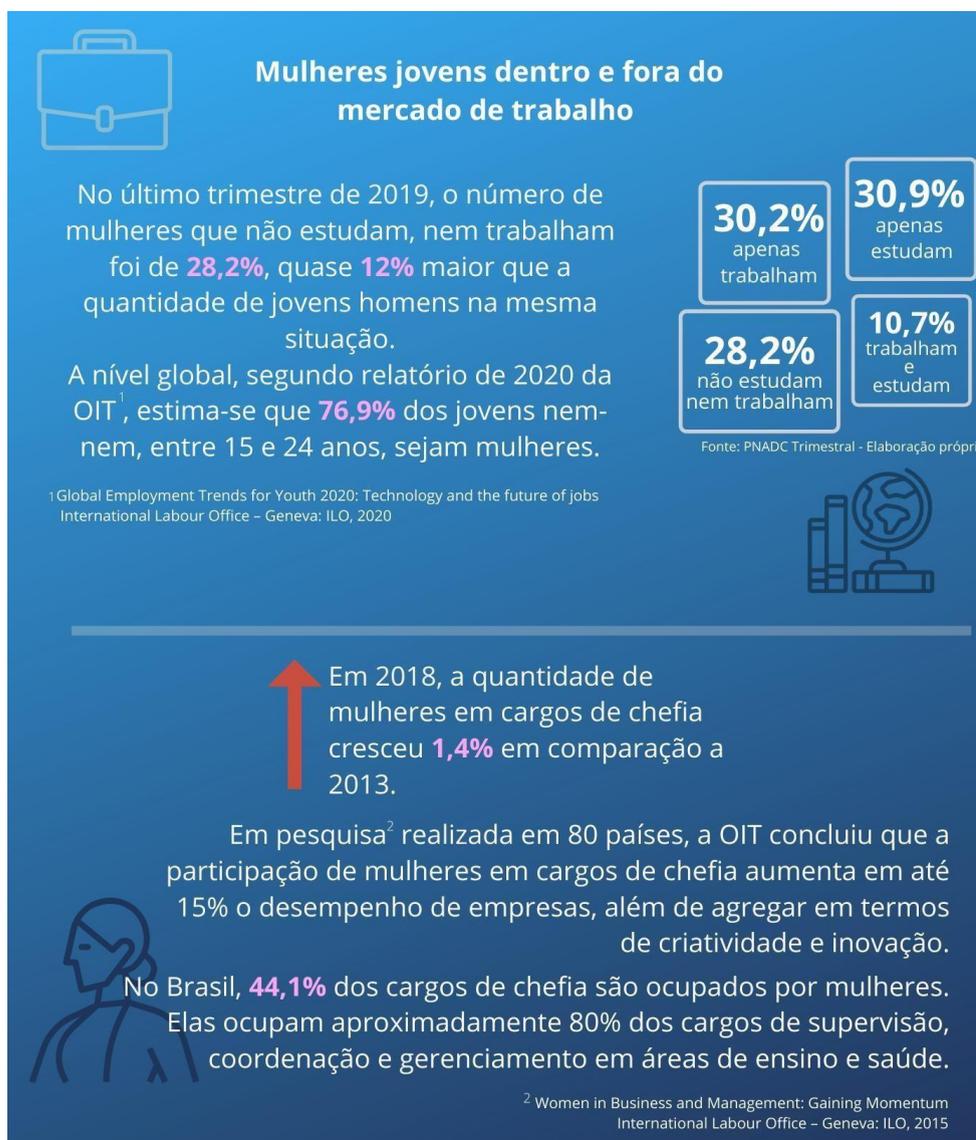
complementação da renda em casa, mas também para uma conquista feminina, pessoal e profissional.

Entretanto, no Brasil o início das conquistas das mulheres começou com a promulgação da Constituição Federal em 1988, em que foi estabelecido o princípio da isonomia, na qual as mulheres obtiveram seus direitos trabalhistas firmados com a igualdade de gênero, ou seja, proibição da diferença de salários, funções ou critérios de admissão em razão de sexo. Considerado o pai da administração, Peter Drucker afirma que duas mudanças revolucionaram a força de trabalho dos países desenvolvidos, que foram a explosão da educação avançada e a investida das mulheres na carreira.

Com essa conquista, a participação feminina no mercado de trabalho aumentou, assegurou a contribuição ativa na economia, contudo a participação das mulheres ainda é inferior à dos homens e ainda existem desigualdades salariais e de cargos, além da criação de profissões especialmente para as mulheres, profissões estereotipadas como sendo especificamente para elas. As aplicações de novas leis de igualdade e oportunidade puderam, de certo modo, diminuir o preconceito institucional e aumentar a sensibilização da população. A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho foi sempre historicamente inferior à dos homens, não somente no Brasil. Com dados de 1950, apenas 13,6% das mulheres eram economicamente ativas – no mesmo período, a taxa para os homens era de 80,8% (ALVES, 2013).

De acordo com um boletim informativo produzido pelo Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, do Ministério do Trabalho, fazendo uma comparação da quantidade de mulheres em cargos de chefia entre os anos de 2013 e 2019 esse número cresceu 1,4%, e no Brasil a maioria destes cargos são em áreas de ensino e saúde, como podemos analisar na imagem I, relativamente considerados setores de trabalho feminino.

Imagem 4 – Mulheres jovens dentro e fora do mercado de trabalho

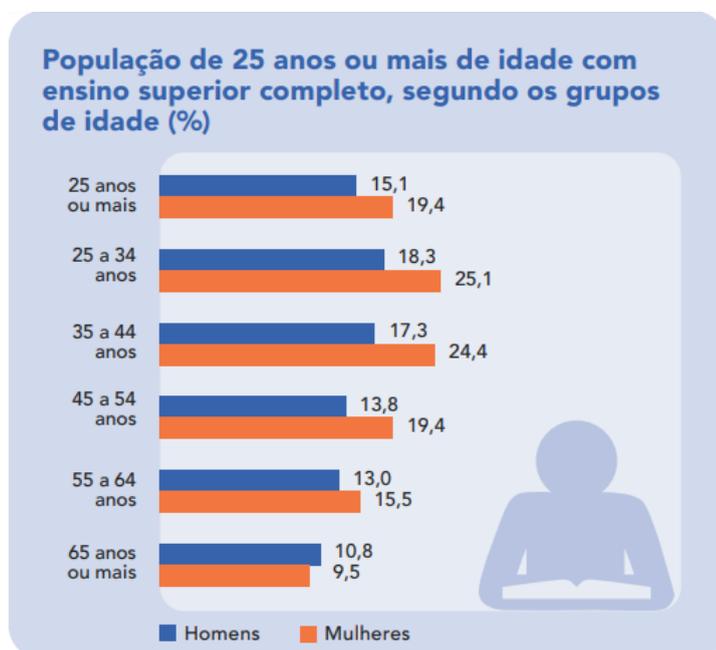


Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2019), mostram que a presença de mulheres no mercado de trabalho brasileiro, com idade entre 17 e 70 anos, empregadas no país passou de 56.1% em 1992 para 61,6% em 2015, com projeção para atingir 64,3% no ano de 2030, ou seja, 8,2 pontos percentuais acima da taxa em 1992. Os dados utilizados são do ano de 2019 anterior a Pandemia da COVID-19, tendo em vista que os novos estudos estão mais concentrados para os cenários pós-pandemia e as sequelas deixadas na sociedade, que, como citado anteriormente, não é o foco deste trabalho.

Com a globalização e o avanço da tecnologia em todo o mercado de trabalho que conseqüentemente trouxe novas atualizações a serem feitas também na admissão de trabalhadores com habilidades específicas, qualificações ou diferenciais importantes, entre eles a importância de possuir no mínimo uma graduação. O que se transformou em um desafio para as mulheres que já estão no mercado de trabalho e possuem mais de uma jornada de trabalho, que será melhor explicada no próximo tópico, a constante necessidade de estar sempre se qualificando, se mostrando ser capaz.

Um estudo do Banco Mundial apresentou que com a adição de um ano de educação secundária para uma mulher pode significar um aumento de até 18% em sua futura renda salarial. No gráfico 3 a seguir é possível ver que as mulheres possuem maior grau de escolaridade que os homens, proporção de pessoas com nível superior completo foi de 15,1% entre os homens e 19,4% entre as mulheres, ou seja, a mão de obra feminina é mais qualificada que a masculina.

Gráfico 2 – População de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, segundo os grupos de idade (%)

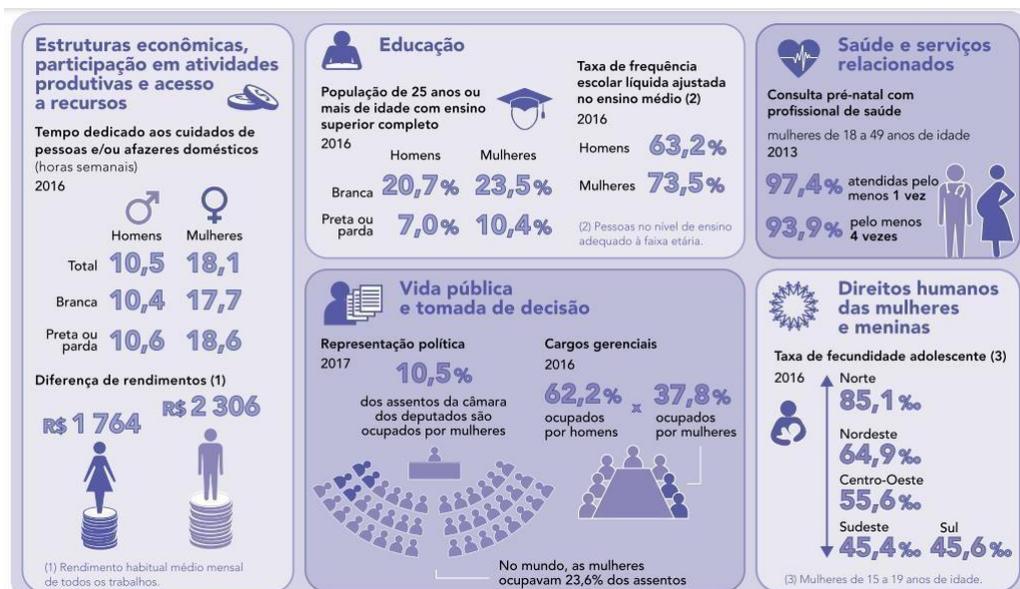


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019, segundo trimestre

Em 2018 o IBGE publicou o estudo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, a Imagem 2 apresenta os dados deste estudo e a partir

dele é possível perceber o quanto a desigualdade prossegue entre homens e mulheres. Analisando a Imagem 5, nota-se que as mulheres permanecem como as responsáveis pelo lar e passam mais tempo realizando atividades domésticas que os homens, seja por opção ou por obrigação.

Imagem 5 – Dados gerais sobre mulheres

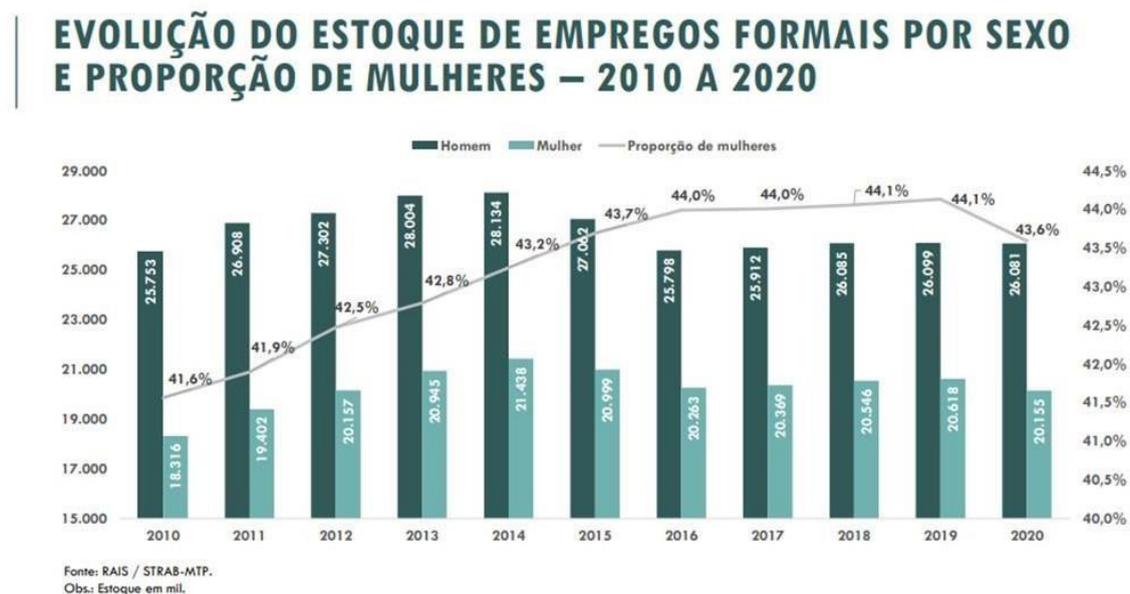


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Percebe-se também que as mulheres pretas ou pardas utilizam mais desse tempo, com 18,6 horas semanais para 17,7 horas semanais das mulheres brancas, outro aspecto que deve ser levado em conta, a questão racial. A imagem apresenta também indicadores de mulheres na representação política, que no Brasil, elas ocupam apenas 10,5% dos assentos na câmara de deputados. Esse número retrata a dificuldade de criações e aprovações de políticas públicas para elas, visto que são minorias.

O gráfico 3 a seguir ajudará a complementar as informações que é o estoque de empregos formais, que diz respeito ao número de vínculos ativos e representa um retrato do mercado de trabalho, entre os anos de 2010 e 2020.

Gráfico 3 – Evolução do estoque de empregos formais por sexo e proporção de mulheres – 2010a 2020.



Fonte: Ministério do Trabalho, disponível em pdet.mte.gov.br

3.3 Jornadas Duplas e Triplas

A jornada de trabalho da mulher pode variar entre dupla, tripla ou até mesmo quádrupla. No resultado de seu estudo, as autoras Grazielle Amaral e Adriane Vieira atribuíram a tripla jornada das mulheres como a Arte de ser Beija-Flor, citado por uma das entrevistadas, que é uma ave pequena, leve e rápida. As autoras trazem ainda alguns significados e simbologias do beija-flor, como, por exemplo, no plano místico, essa ave está relacionada à cura, ao ser romântico, à graça, à suavidade, características que podem ser observadas nas mulheres.

Além do trabalho remunerado, a mulher em seu cotidiano exige outras jornadas não remuneradas, que são a familiar e educacional, outras ainda com um trabalho social. Apesar de toda a representação feminina no mercado de

trabalho, as mulheres ainda desempenham um papel majoritário nas atividades do lar, cuidando dos filhos, limpando a casa, fazendo comida, o que limita o tempo da mulher para realizar outras atividades de cunho pessoal, como cuidar de si mesma.

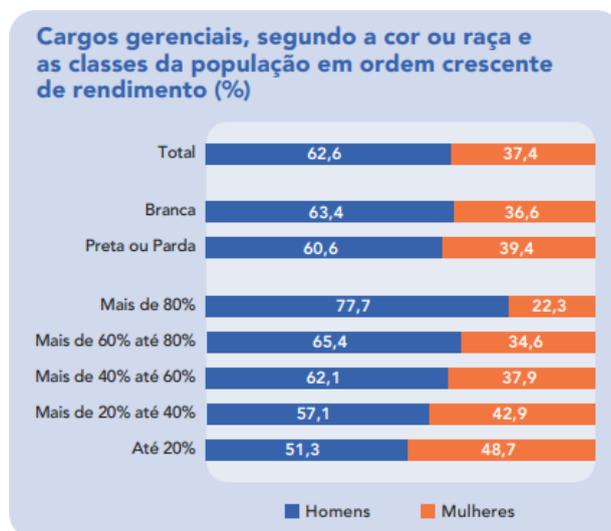
Muitas mulheres renunciam ao seu momento pessoal, seu cuidado físico e mental, outras até precisam abandonar seus estudos e capacitações para poder cuidar da casa, dos filhos, muito comum na vida de mães solo. Um dos obstáculos para sua inserção no mercado de trabalho é a falta de vagas para os filhos em creches da rede pública. Corrêa (2004) evidencia que a dupla jornada pode ser considerada como um dos motivos pelos quais as mulheres ainda não alcançaram conquistas semelhantes às dos homens, por ainda estar responsável pelas atividades e cuidados do lar.

Globalmente, as mulheres dedicam 1 a 3 horas por dia a mais de trabalho doméstico do que os homens e dedicam 2 a 10 vezes a quantidade de tempo do dia cuidando da família em comparação com os homens, incluindo os cuidados com crianças, pessoas idosas e doentes. (ONU Mulheres, 2015)

A autora Linda Wirth apresenta em seu livro *Breaking through the glass ceiling: Women in management* (Rompendo o teto de vidro: Mulheres na gestão) a expressão ‘Teto de Vidro’, é um termo utilizado da década de 1970 nos Estados Unidos para representar o fenômeno das barreiras invisíveis que são criadas por certos preconceitos e que impedem que as mulheres conquistem cargos mais elevados.

Esse teto de vidro ocorre devido à desigualdade de gênero no mercado de trabalho, e as mulheres acabam por ocupar cargos que demandam menos responsabilidades e conseqüentemente salários mais baixos, impedem sua ascensão e desenvolvimento na empresa. Segundo o Boletim Informativo do IBGE de 2019, gráfico 4, apresenta a participação das mulheres em cargos de liderança tanto do setor público como do privado, apenas 37,4% do total eram mulheres.

Imagem 6 – Cargos gerenciais, segundo a cor ou raça e as classes da população em ordem crescente de rendimento (%).



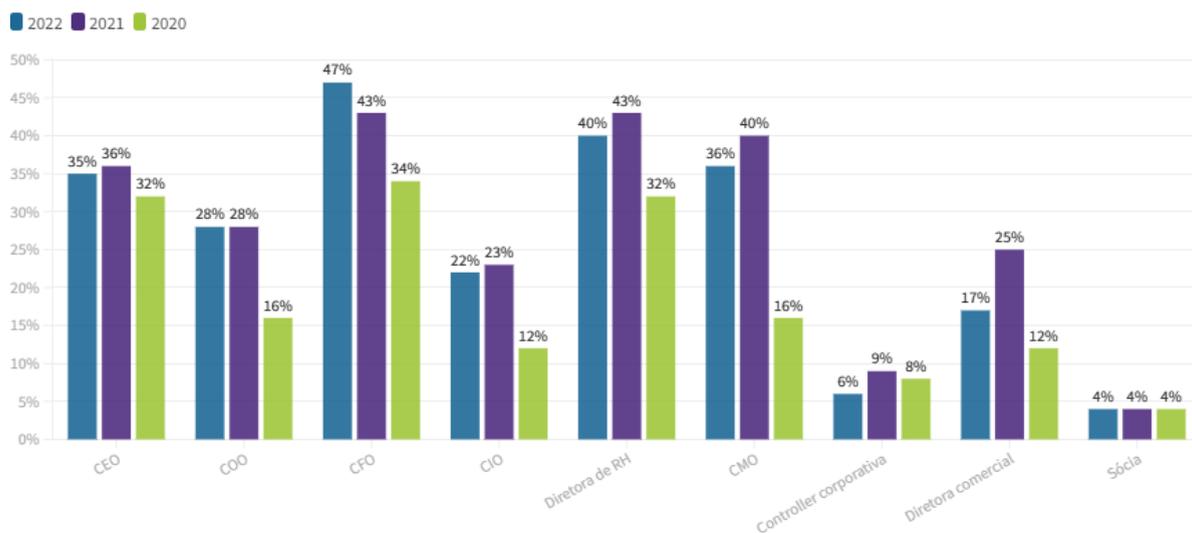
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Os custos do trabalho feminino também são levados em conta por muitas empresas, como, por exemplo a estruturação do ambiente de trabalho para que uma mãe solo, por exemplo, leve seu filho para o trabalho, o gasto com uma brinquedoteca, com novos contratados para ficar com as crianças enquanto os pais trabalham. Algumas empresas que já se preocupam com a inclusão das mulheres no mercado de trabalho oferecem creche para todos os funcionários, sendo uma ótima opção para as mães que precisam voltar ao trabalho após a licença-maternidade.

O relatório *Women in Business 2022* apresentou dados pós-pandemia de ações tomadas pelas empresas para tornar o trabalho mais flexível e tornando o trabalho mais inclusivo, tais ações resultaram no aumento da proporção de mulheres ocupando cargos de lideranças globais para 32%. Enquanto no Brasil este número é de 38% dos cargos ocupados.

Gráfico 4 – Posições de Cargos de Liderança ocupados pelas mulheres

Quais posições as mulheres em cargos de liderança ocupam nas empresas?



Fonte: Women in Business 2022, Grant Thornton.

Podemos perceber pelo gráfico anterior que os cargos de liderança mais ocupados pelas mulheres é o de *Chief Financial Officer* (CFO), diretor financeiro. Um avanço importante para as mulheres, considerando que a administração financeira de uma empresa é um dos pilares de sustentação da mesma.

4 MERCADO INTERNACIONAL

Neste capítulo será evidenciado o papel das mulheres no mercado internacional, as barreiras que precisam ser quebradas para adentrar em um setor majoritariamente masculino. Como o comércio exterior pode se tornar um grande fator de empoderamento feminino e por fim apresentar uma política pública de exportação específica que pode ser usada como porta de entrada das mulheres no comércio exterior.

Iremos apresentar o PNCE como uma política de exportação que se apresenta como possibilidade, diversificando as exportações a partir do potencial de cada estado brasileiro. Sua atuação no estado do Tocantins, com início em 2017 e o importante papel que essa política pode ter no enfrentamento da desigualdade de gênero neste setor.

4.1 Mulheres no mercado internacional

Com o processo de globalização, avanços da tecnologia, a evolução do comércio exterior brasileiro e a abertura comercial, introduziu um novo tema, mulheres no comércio internacional, entretanto ainda é um tema muito recente e pouco explorado pelos estudiosos, sejam elas trabalhando com exportação ou empreendedoras exportando seus produtos, setor majoritariamente masculino.

Ainda existe um preconceito em relação a mulheres trabalhando no mercado internacional e diversas barreiras que precisam ser quebradas devido a questões culturais de outros países que ainda não aceitam mulheres no mercado de trabalho, pois ainda vivem imersos a uma cultura baseada nas relações de poder e dominação, em que as mulheres ainda são submissas aos homens.

Em negociações internacionais, por exemplo, é mais comum a presença de homens, pois a depender do país com que se está negociando a cultura pode ser muito distinta da nossa e não aceitar que uma mulher esteja em uma mesma posição que ele ou até em posição superior. Segundo Costa (2017) o comércio

internacional é de fundamental importância para o desenvolvimento de um país, pois influencia em áreas como o direito internacional, essencial para a proteção dos direitos entre os gêneros.

No pensamento do dia a dia dizem que as mulheres conseguem fazer várias coisas em simultâneo, trazendo esse pensamento para a realidade de uma empresa, a mulher consegue ser mais dinâmica, trazendo assim novamente a alusão apresentada no capítulo anterior de que a mulher é como um beija-flor, ágil e rápida. O pensamento de que mulher é “sexo frágil” está ficando no passado. Segundo estudos da OIT existem diversos benefícios para as empresas na contratação de mulheres, como, por exemplo, o aumento da lucratividade entre 5% e 20% e da produtividade.

As mulheres são mais organizadas e detalhistas, conseguem ter uma visão além do que é pedido, sabem lidar com desafios e transformá-los em novas possibilidades. O Fundo Monetário Internacional (FMI) avalia que a desigualdade de gênero na força de trabalho e no empreendedorismo reduz a renda per capita em uma média de 15%.

Ao todo, 53% da participação nos cargos de alta qualificação nas empresas de exportação são das mulheres, e nas de importação, 32,4% (Castilho, 2010). Ainda segundo Castilho, as participações das mulheres nas exportações correspondem a 34%, 44% e 53%, considerando baixa, média e alta qualificação, respectivamente. A busca das mulheres pelos cursos de Relações Internacionais, Comércio Exterior e Negócios Internacionais crescem a cada ano.

Apesar do número de mulheres atuando no comércio exterior estar aumentando gradativamente é necessário a implementação de políticas públicas de Estado, para que essas mulheres sejam inseridas de forma efetiva neste setor, a criação de políticas públicas de comércio exterior impulsiona o crescimento e desenvolvimento econômico do país, quando são voltadas especificamente para as mulheres, desenvolve também a situação social de igualdade do país.

A criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres - SPM, secretaria criada pelo governo federal, em 2003, para elaboração de políticas públicas que envolvam melhorias para as mulheres e uma das linhas de ação desta secretaria são as Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres. No entanto, governos posteriores a criação desta secretaria descontinuou seu trabalho.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem o objetivo de promover políticas públicas que promovam o desenvolvimento socioeconômico da população mundial, entretanto apenas 36 países fazem parte da organização atualmente, apenas países que possuem um elevado PIB *per capita* (produto interno bruto por habitante), da América do Sul, somente o Chile faz parte. O Brasil atua na organização como parceiros estratégicos, juntamente com a África do Sul, China, Índia e Indonésia, apesar disso, nota-se a visibilidade e importância do Brasil frente às relações internacionais e a possibilidade de entrada na OCDE representaria um forte crescimento econômico do país.

4.2 Comércio Internacional como Empoderamento para as Mulheres

Em 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (ODS) com 17 objetivos para mudanças em diversas áreas. Entre elas e importantes para esse trabalho estão a 5 e 10, Igualdade de Gênero e Redução das Desigualdades, respectivamente.

O Objetivo 5 tem como propósito alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, reconhecer e valorizar o trabalho doméstico, eliminar as formas de violência contra as mulheres, garantir os direitos e participação efetiva e igualdade de oportunidades para liderança na vida política, econômica e pública, entre outros.

O objetivo 10 tem o propósito de reduzir a desigualdade nos países entre eles, promover a inclusão social, econômica e política de todos, garantir a igualdade de oportunidades, eliminação de leis discriminatórias e adotar políticas e leis de inclusão, entre outros. (ONU, ODS).

A ONU Mulheres criada em 2010 tem como objetivo fortalecer e ampliar os esforços mundiais de defesa dos direitos das mulheres, uma das áreas de atuação é o empoderamento econômico. Quando uma mulher se empodera, conseqüentemente o país e sua economia se empoderam (ONU Mulheres). A Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB promove campanhas e iniciativas, dentre elas o Encontro Nacional de Mulheres no Comércio Exterior - EMEX, que tem o objetivo de incentivar, apoiar e encorajar mulheres a terem maior participação neste setor e relatar experiências vividas por outras mulheres.

No início do ano de 2021 as mulheres fizeram história e quebraram mais uma barreira, a nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala foi eleita diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). A primeira mulher, negra e africana a ocupar o cargo de uma das organizações internacionais mais importantes, depois de 26 anos de existência. No mesmo ano, Rebeca Grynspan, ex-vice-presidente da Costa Rica (1994-1998), foi eleita Secretária-Geral da Conferência das Nações Unidas de Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a primeira mulher e centro-americana a ocupar tal cargo.

A HUB Mulheres no Comex realizou uma pesquisa sobre os profissionais que atuavam no Comércio Exterior entre os anos de 2018 e 2019, e 58% desses profissionais eram mulheres, ainda de acordo com a pesquisa 54% das mulheres tinham Pós-graduação, enquanto os homens tinham 46%.

A décima primeira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, que aconteceu em 2017 em Buenos Aires, Argentina, apresentou um documento chamado “Declaração de Buenos Aires sobre Mulheres e Comércio”, o documento tem o objetivo de extinguir as barreiras enfrentadas, os desafios da participação feminina no comércio internacional e seu empoderamento e expandir sua participação. Segundo o Relatório Fórum Econômico Mundial do ano de 2021, para acabar com as desigualdades de gênero no mundo, serão necessários de 99,5 a 135,6 anos, a menos que os países adotem políticas públicas significativas para reverter esta situação (WEF, 2021)⁸.

⁸ Ver relatório completo: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf.

As câmaras de comércio também podem atuar no empoderamento feminino, um exemplo disso é a Câmara de Comércio Árabe Brasileira, que criou, em 2020, o Comitê Wahi - Mulheres que inspiram. Na língua Árabe *Wahi* significa inspiração, o comitê tem como objetivo a aproximação de mulheres brasileiras e árabes, troca de experiências e até mesmo negócios, inspirar mulheres para o empreendedorismo e empoderamento comercial. A criação deste comitê tem um destaque especial, devido ao fato de que a cultura árabe possui uma visão sociopolítica patriarcal, que as mulheres não possuem muita liberdade, mas que a cada dia estão conquistando espaços inimagináveis anteriormente.

4.3 Plano Nacional da Cultura Exportadora - PNCE

Das diversas políticas públicas já mencionadas e das específicas de cada município, o governo federal possui uma chamada de Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) criado no ano de 2012, com o objetivo de diversificar as exportações e a internacionalização de empresas brasileiras, em especial, para incentivar a participação de micro, pequenas e médias empresas a exportarem seus produtos e serviços, no Plano Brasil Maior, do Governo Federal.

O Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) é um programa desenvolvido pelo Governo Federal sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em parceria com mais 14 Instituições nacionais e regionais, que tem como objetivo desenvolver e difundir a cultura exportadora nos estados brasileiros, através da capacitação de gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior para a implementação de Política Nacional de Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora e de seus instrumentos, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora (SECEX, 2012, p.1).

Cada estado possui um comitê que é formado com diversas instituições, no estado do Tocantins, por exemplo, o comitê criado em 2017 (DOE N°5002)⁹, é composto pelo Banco do Brasil/TO, Correios/TO, FAET - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, Fecomércio/TO - Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Tocantins, FIETO -

⁹ GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Diário Oficial N° 5.002** . Palmas, p. 13, 1 dez. 2017. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/3458/download>.

Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, Infraero/TO, Receita Federal, SEBRAE/TO - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SICS - Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços do Estado do Tocantins e a UFT - Universidade Federal do Tocantins e conta com o apoio da Agência de Promoção à Exportação - APEX-BRASIL.

A UFT entra também com o apoio da coordenação e alunos do Curso de Relações Internacionais. Utilizando o Tocantins ainda como exemplo, o número de mulheres no comitê ainda é muito baixo, considerando um titular e um suplente para cada entidade, apenas 2 (duas) mulheres fazem parte do comitê, no entanto, apesar de serem as únicas mulheres, ambas já fizeram parte da Presidência do comitê (PNCE-TO)

O objetivo de cada estado da federação ter seu comitê é a descentralização das ações de exportação do Brasil, é um órgão consultivo e deliberativo, sem personalidade jurídica. O PNCE realiza ações de apoio técnico, ou seja, capacitações e consultorias para a promoção do comércio exterior. Um comitê ativo e com ações de viabilização da participação feminina neste programa pode incentivar empresas dirigidas por mulheres a exportar seus bens e produtos, e uma maior participação de mulheres no comitê ofereceria maiores oportunidades para elas.

Na metodologia utilizada pelo PNCE, após o preenchimento de um questionário é feito um mapeamento dos serviços oferecidos e o know-how que essa empresa que deseja se internacionalizar tem e é entregue um relatório de maturidade da empresa, com seus pontos fortes e pontos que precisam ser melhorados. É então apresentado um Plano de Ações personalizado para cada empresa com ações prioritárias para se internacionalizar, logo após é feito o monitoramento da empresa.

As exportações no Tocantins ainda são poucas em relação a outros estados, por ser um estado novo está na 17ª colocação do ranking das maiores estados exportadores do Brasil. Por ainda estar se desenvolvendo, o Tocantins tem grande potencial para ampliar e fortalecer suas exportações, 99% delas é no setor da agropecuária, tendo a soja como seu principal produto exportador. A tabela abaixo apresenta os principais produtos exportados pelo estado do

Tocantins, confirmando sua base agroexportadora. Entretanto, as micro e pequenas empresas estão cada vez mais exportando seus produtos e serviços. O Plano Nacional da Cultura Exportadora pode se tornar uma ótima opção para o acesso de mais profissionais mulheres ao setor de exportação, tanto exportando seus produtos e serviços, como também influenciando mais mulheres no próprio comitê, deliberando novas formas de acesso para elas.

Tabela 1- Principais produtos exportados pelo Tocantins

Colocação	Produto	%	Valor FOB US\$
1º	Soja	70	773 milhões
2º	Carne Bovina	16	177 milhões
3º	Milho	7,1	78,5 milhões
4º	Farelo de soja	3,2	35,9 milhões
5º	Matérias brutas de animais	1,1	12,2 milhões

Fonte: ComexStat

Dentro da Fecomércio/TO, instituição que faz parte do Comitê do PNCE, foi criada, em 2016, a Câmara das Mulheres Empreendedoras e Gestoras de Negócios - CMEG, que tem por objetivo estruturar propostas e políticas públicas para a promoção do desenvolvimento econômico e empresarial da mulher empreendedora do estado do Tocantins (Fecomércio/TO). A possibilidade de ações de parceria da câmara juntamente com o PNCE oportuniza a introdução de mais mulheres no mercado internacional.

A Apex-Brasil tem um grande papel na promoção de exportações, com o Programa de Qualificação para Exportação - PEIEX, tem por objetivo a capacitação de empresas para exportar seus produtos e serviços, e realiza ações para que as mulheres empreendedoras também possam fazer parte deste universo que é o mercado internacional. A Apex incentiva também as mulheres a ocuparem cargos de liderança em seus negócios e também na agência,

que possui uma coordenadora para setor da economia (APEX-Brasil). Percebe-se então a preocupação da agência com a inclusão e igualdade de gênero.

Todavia são estudos de casos, ou propostas experimentais, não configuram como uma política fixa ou com um cronograma de várias escalas, de curto, médio e longo prazo o que remete a uma preocupação de que se há de fato um comprometimento, ou grande parte disso pode apenas um cumprimento de uma agenda política que os programas realizam e se apropriam para convencer ou afirmar que há lutas contra as insistentes ausências das mulheres no ramo da política econômica de exportações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos nossas considerações pelos dados finais e desalentadores, percebe-se que, apesar do número de mulheres no mercado de trabalho, e em especial no comércio exterior estar aumentando, ainda existem diversos tetos de vidros que as mulheres precisam quebrar para conquistarem seu espaço e chegarem a ser presença constante nas formulações econômicas ou no reconhecimento de que elas estão formulando políticas e pensamentos.

O objetivo deste trabalho foi apresentar as evoluções e retrocessos que o Brasil passou em suas políticas econômicas, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e como essas políticas auxiliaram neste processo, e apresentar a mulher no mercado de trabalho internacional, as políticas públicas as introduziram neste cenário, em especial o PNCE. A proposta do Plano Nacional da Cultura Exportadora - PNCE como uma política pública de inserção das mulheres no cenário do comércio exterior se faz pela importância e objetivo que este plano tem para a economia do país e o desenvolvimento do micro, pequenas e médias empresas.

A partir do segundo capítulo com o panorama das políticas econômicas lançadas em cada governo desde a redemocratização é possível perceber que nos governos, em sua maioria, as mulheres não faziam parte das tomadas de decisões e nem estavam em seus planos de mudanças. Desse modo, as mudanças não devem ser apenas no cenário econômico, mas também no social, cultural e também político, já que as mulheres também são minorias neste contexto.

Na apresentação dos dados no capítulo anterior nota-se que não possuem dados precisos sobre o número de mulheres no comércio exterior, já que as pesquisas foram realizadas por empresas ou pesquisadores independentes, compreende-se então o interesse ainda em segundo plano sobre o assunto. É necessário, portanto, maiores esforços para que as mulheres sejam inseridas no setor da economia, a presença das mulheres neste setor, para além da representatividade, abre espaço para condições mais justas para elas.

Por fim, conclui-se que, além de fazer parte da Agenda 2030 da ONU, percebemos ao longo do exposto neste trabalho a importância da igualdade de gênero e a necessidade de políticas públicas que as envolvam na sociedade como um todo. Percebemos também a minorias dessas mulheres na formulação dessas políticas. E a partir de estudos apresentados ao longo do trabalho, existem diversos benefícios em contratar mulheres, no entanto, é necessária uma maior abertura por parte dos espaços formuladores das políticas econômicas, não só nas empresas, como nos estágios, nos cursos formadores e principalmente nos órgãos de fomento que insistem em ver divergências entre mulheres e economia.

REFERÊNCIAS

AMARAL , Grazielle; VIEIRA, Adriane. **A Mulher e a Tripla Jornada de Trabalho: a Arte de Ser Beija-Flor**. EnANPAD, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/1377862/a-mulher-e-a-tripla-jornada-de-trabalho--a-arte-de-ser>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BALTAR, Paulo. Emprego, políticas de emprego e política econômica do Brasil. **Organização Internacional do Trabalho** , [s. l.], ed. 02, 2010. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 8 ago. 2022.

CÂMARA das Mulheres Empreendedoras e Gestoras de Negócios. Tocantins, 2016. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/camara-de-mulheres-empreendedoras>. Acesso em: 6 set. 2022.

CÂMARA DE COMÉRCIO ÁRABE BRASILEIRA. **Câmara Árabe cria comitê de mulheres**. [S. l.], 10 jul. 2021. Disponível em: <https://anba.com.br/camara-arabe-cria-comite-de-mulheres/>. Acesso em: 6 set. 2022.

COELHO, Jaime; LACAZE, Laura. INSURGÊNCIA PERIFÉRICA E A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Lua Nova** , São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/VGwJVtrJG6ygQfsqT9BwSWn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 maio 2021

COSTA, Celina. **COMÉRCIO JUSTO E GÊNERO: UMA ABORDAGEM SOBRE O PAPEL DA MULHER NO COMÉRCIO INTERNACIONAL**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - Universidade Federal do Amapá, [S. l.], 2017. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br/handle/123456789/621>. Acesso em: 11 ago. 2022.

DUBOIS, W.E.B.; HARDING, Sandra; SMITH, Dorothy; COLLINS, Patricia. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-

hollanda-pensamento-feminista_-conceitos-fundamentais-bazar-do-tempo-_2019_.pdf. Acesso em: 26 jan. 2022.

ECONOMIA Política Internacional - Análise Estratégica. **Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais - CERI**, [s. l.], 2004.

ELES por Elas - **ONU Mulheres: Visão Geral**. [S. l.], 2015. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_visao_geral.pdf. Acesso em: 4 out. 2022.

EQUIDAD y género: una teoría integrada de estabilidad y cambio.

Universidade de Valência: [s. n.], 1992. Disponível em: <https://books.google.com.pe/books?id=hyR1lpt7TrMC&printsec=copyright#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 8 set. 2022.

ESTATÍSTICAS de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2.

ed. [S. l.], 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

EXTERNAL Trade Effects on Woman Employment: the Case of Brazil.

Análise Econômica, Porto Alegre, n. 28, p. 221-250, 1 dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/viewFile/11435/9663>. Acesso em: 13 set. 2022.

FARES, LYGIA. A TENDÊNCIA DE DESPADRONIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO: CONFIGURAÇÃO NO BRASIL E IMPACTO NAS MULHERES CAMPINAS 2017. 2017. Dissertação (PhD) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS INSTITUTO DE ECONOMIA, [S. l.], 2017. Disponível em:

https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=ldq8pdEAAAAJ&citation_for_view=ldq8pdEAAAAJ:9yKSN-GCB0IC

FRICKER, MIRANDA (1999) **Epistemic Oppression and Epistemic Privilege**, Canadian Journal of Philosophy, 29:sup1, 191-210

GOVERNO FEDERAL. **Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/acesse-sistemas-de-comercio->

exterior/portal-unico-de-comercio-exterior. Acesso em: 9 mar. 2022

GRANT THORNTON. Women in Business 2022: Abrindo portas para a diversidade de talentos. [S. l.], 2022. E-book (22 p.).

LAMOUNIER, Bolívar. **Análise de Políticas Públicas:** Quadro Teórico- Metodológico de Referência. 1982.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. DECOMPOSIÇÃO E PROJEÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO BRASIL UTILIZANDO O MODELO IDADE-PERÍODO-COORTE (1992 A 2030). **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, [s. l.], Abril 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/190515_bmt_66_NT_decomposicao_e_projecao.pdf. Acesso em: 3 set. 2022.

NETO, Silvio; VOLTANI, Julia. INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA DO CONTEÚDO DA CONCEPÇÃO DE TRABALHO DECENTE NO ÂMBITO DA OIT E UMA ANÁLISE DE SUA JUSTICIABILIDADE. **Revista de Direito Internacional** , [s. l.], v. 16, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi/article/view/5900>. Acesso em: 8 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. [s. l.] Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 7 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Trabalhando com o Brasil.** [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/Active-with-Brazil-Port.pdf>. Acesso em: 4 maio 2022.

PAULINO, Ana Elisa. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. **R. Katál**, [S. l.], p. 562-571, 5 jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sXk5ZyqcRkx5DHBCCfj8rLN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2022.

PLANO Nacional da Cultura Exportadora - PNCE. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://sistema-pnce.economia.gov.br/to/#>. Acesso em: 21 out. 2022.

POLÍTICAS Públicas e o Investimento Direto Estrangeiro no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, [s. l.], 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334308219_Politiclas_Publicas_e_o_Investimento_Direto_Estrangeiro_no_Brasil. Acesso em: 25 jul. 2021.

SCHMIDT, Simone. COMO E POR QUE SOMOS FEMINISTAS. **Estudos Feministas**, [S. l.], p. 17-22, 15 out. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300002/9443>. Acesso em: 11 fev. 2022.

VENTURA, R. W., & Kritsch, R. (2017). Relações Internacionais, teorias feministas e produção de conhecimento: um balanço das contribuições recentes. **Monções: Revista De Relações Internacionais Da UFGD**, 6(11), 24–57. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v6i11.6902> Acesso em: 11 set. 2020.

SCHIMANSKI, Silvana. **As mulheres na agenda da Organização Mundial de Comércio (OMC)**. Journal of the Global South, [S. l.], v. 12, n. 60, p. 1-17, 1 set. 2021. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.113576>. Acesso em: 6 set. 2022.

SECRETARIA de Políticas para as Mulheres - SPM. [S. l.], 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm>. Acesso em: 5 set. 2022.

TEORIA Crítica em Relações Internacionais. **Contexto Internacional**, [s. l.], 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/VgBPrX9sFvqPf9DvRpvFpzx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2021.

WIRTH, Linda. **Breaking through the glass ceiling: Women in management**. Genebra: ILO, 2001. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/ilo-bookstore/order-online/books/WCMS_PUBL_9221108457_EN/lang--de/index.htm. Acesso em: 7 set. 2022.